



**3º Encontro Internacional de Política Social**  
**10º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”  
Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

**Eixo: Mundo do Trabalho**

**A emergência da cidadania empresarial no contexto da reestruturação produtiva**

**Ana Aparecida Morais de Oliveira<sup>1</sup>**

**Miguel Rodrigues Netto<sup>2</sup>**

**Resumo** Este artigo é o resultado de um breve recorte de pesquisa realizada em nível de pós-graduação stricto sensu que visa discutir o surgimento do conceito de cidadania empresarial no contexto da reestruturação produtiva. A discussão pauta-se no esgotamento do WelfareState e ascensão do neoliberalismo e suas consequências para os trabalhadores a partir da emergência da estratégia empresarial da cidadania empresarial, alicerçada na crítica ao poder público estatal e na crença de que a eficácia da iniciativa privada seria capaz de resolver uma questão social em ebulição.

**Palavras-Chave** Cidadania empresarial. Neoliberalismo. Reestruturação produtiva.

**Abstract** This article is the result of a short cut on a survey of graduate level strictly that discusses the emergence of the concept of corporate citizenship in the context of productive restructuring. The discussion is guided in the depletion of the welfare state and the rise of neoliberalism and its consequences for workers from the emergence of the business strategy of corporate citizenship, based on criticism of the state government and the belief that the effectiveness of the private sector would be able to solve a social issue boiling.

**Keywords** Corporate citizenship. Neoliberalism. Productive restructuring.

---

<sup>1</sup>Mestre em Política Social (UFMT). Técnica da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pesquisadora do Grupo Trabalho e Sociabilidade (UFMT).

<sup>2</sup>Doutorando em Ciências Sociais (PUC/SP). Mestre em Política Social (UFMT). Técnico e Professor da Universidade do Estado e Mato Grosso (UNEMAT). Pesquisador do Grupo Trabalho e Sociabilidade (UFMT) e Jornalismo, Política e Sociedade (UNEMAT).

## I. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO

No período pós II Segunda Guerra, diversos países experimentaram um modelo de organização do Estado em que, apesar da prevalência dos interesses do capital, houve significativos avanços nas políticas que combatiam os próprios anacronismos deste modo de produção. Tratava-se do *WelfareState*, considerado por Pereira (2009) como:

[...] uma instituição do século XX, caracterizada por um tipo de relação entre Estado e sociedade, antes inexistente, regida por princípios que, fazendo jus às reivindicações sociais da época, inspiraram os seguintes objetivos e políticas: extensão dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, preocupação com pleno emprego (PEREIRA, 2009, p.87-88).

Merece destaque na implementação do *WelfareState* o modelo taylorista/fordista de organização do trabalho e importantes condições, tais como: resultados econômicos com elevadas taxas de lucro, inspiração keynesiana<sup>3</sup> para a intervenção do Estado, altas taxas de crescimento, crítica e questionamentos à ordem burguesa, fortalecimento da classe trabalhadora e legitimidade dos sindicatos.

As lutas e resistências por parte da classe trabalhadora ante a subsunção do trabalho ao capital, exteriorizada e sentida pelo trabalhador na sua condição precária de sobrevivência, nos remete à reflexão de Yamamoto (2008) sobre a questão social em tempos da financeirização do capital.

A autora nos traz:

Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital-mercadoria –, retrata, na

---

<sup>3</sup>O Pacto Keynesiano se funda na institucionalização das demandas do trabalho, deslocando o conflito para o interior do Estado. Neste espaço, há uma forte tendência à segmentação das demandas, bem como de tecnocratizar questões econômico-políticas, despolitizando-as. [...] É possível afirmar que o pacto keynesiano é viabilizado a partir de uma situação-limite para o movimento operário: o vácuo das direções nacionais e internacional, com um projeto econômico-político claro e independente; e o corporativismo que decorre daí e remete o movimento ao imediatismo dos acordos em torno da produtividade, sobretudo do setor monopolista, sem nenhuma visão da totalidade e da solidariedade e de classe (BEHRING, 1998).

contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2008, p.125)

Nesse sentido, o êxito do modelo taylorista/fordista dependia em grande medida da pujança do Estado de Bem-Estar Social, no qual havia crescimento econômico e demanda farta. Porém, com o choque do petróleo em 1973 ficou explícito que o sistema de produção em massa não mais se adequava ao novo cenário de restrições de demanda (ROSSO 2008, p.63). A superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos, eram perdas que não podiam mais ocorrer, levando ao descortinamento de uma nova ofensiva do capital, que é o neoliberalismo.

Foi com a crise de acumulação do capital que se instaurou no início da década de 1970 que os pressupostos contidos na proposta política, econômica e ideológica neoliberal ganharam fôlego, tornando-se o principal instrumento da ofensiva do capital na política.

O projeto político embutido na concepção neoliberal tinha como pressuposto desvencilhar o capital das restrições e amarras das concepções keynesianas e socialdemocratas, que se consolidaram nas décadas da “Era de Ouro” do capitalismo. Entretanto, as altas taxas de lucro na fase dourada do pós-guerra faziam com que os neoliberais encontrassem dificuldades para disseminar e implantar seu projeto político, pois não conseguiam colocar suas ideias em um primeiro plano no debate econômico.

De forma indubitável, o neoliberalismo avançou gradativamente em direção ao pensamento único tornando-se vitorioso como a única resposta à crise de acumulação que agonizava o capital. No entanto, a opção por tal resposta não foi, a princípio, fácil de ser adotada, pois esta não era assim tão óbvia, em decorrência do fôlego da experiência socialista.

Apoiando-se em Netto & Braz (2008), temos o Neoliberalismo como uma ideologia com pressupostos baseados na redução do Estado, basicamente em cortes de gastos com o social, na desregulamentação financeira e rompimento das barreiras geopolíticas e na responsabilização da sociedade civil ao atendimento das necessidades sociais. Como bem mostram esses autores, a retirada do Estado com base no discurso de

sua ineficiência é um campo perfeito para a ação livre do capitalista na busca de lucros, por meio da financeirização do capital.

Assim, a financeirização do capital “[...] *deve-se a que as transações financeiras tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores*”. “*A possibilidade concreta de risco sistêmico na economia mundial [...] se torna ainda maior se levarmos em conta que a massa de mais valia gerada no sistema produtivo é insuficiente para remunerar os sempre crescentes negócios com capitais especulativos*” (Netto & Braz 2008, p.232) (Costa, 2008, p.33).

Ao trabalhar a desmaterialização do dinheiro e a especulação do capital, Carcanholo (2001) realça que a diferença da especulação em tempos da globalização e outras fases do capitalismo, está no fato da superação da lógica produtiva pela lógica especulativa.

O fetichismo dos mercados financeiros, considerados como verdadeiras sanguessugas da riqueza criada pelo capitalista produtivo e pela absorção da força de trabalho, ocorre com o pleno aval dos governos dos Estados-Nacionais que se inclinam à obediência dos organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional-FMI e Organização Mundial do Comércio-OMC. Também da expressão genuína das classes dominantes mundiais que amplia a taxa da exploração, as políticas de redução do Estado como políticas de gestão, de enxugamento de mão-de-obra, das privatizações, da chamada “gestão compartilhada”, da intensificação do trabalho, dentre outras formas de atuação do Estado a serviço do capital(IAMAMOTO, 2010).

As diretrizes ideológicas do Neoliberalismo estão cunhadas no Consenso de Washington<sup>4</sup> e as consequências nefastas dos mesmos expressos no retrocesso das

---

<sup>4</sup>**CONSENSO DE WASHINGTON** forma como ficaram conhecidas as conclusões de seminários realizados na capital americana no final da década de 70, que em linhas gerais são as seguintes propostas: “1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias, creditícias e fiscais contracionistas. Um dos pontos centrais seria a questão do ajuste fiscal, que deveria ser obtido por meio de um superávit primário. A reforma dos sistemas de previdência social e a reforma administrativa seriam fundamentais para alcançar essa meta. 2) Introdução de reformas estruturais visando a abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiro e de capitais. 3) Redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto programa de privatização das empresas estatais. Considerava-se que só depois de implementado esse conjunto de reformas seria possível retomar o crescimento de maneira mais sustentada. Considerava-se também que, para implementar programas dessa natureza, seriam precisos governos

políticas sociais conquistadas no *WelfareState*, voltando essas a serem focalizadas, mercadorizadas e incipientes, afastando-se cada vez do objetivo de universalização da Política Social.

O papel que o Estado assume no contexto do neoliberalismo é o de disponibilizar todo seu aparato a serviço da sociedade contratual, visando garantir o direito à liberdade individual, sendo que o indivíduo não é mais um conceito que se refere à pessoa, ou sujeito humano, pois as organizações corporativas também são vistas como indivíduos. De tal forma que é legítimo afirmar que *o neoliberalismo perverte o sentido dos conceitos, adaptando-os aos interesses ideológicos, políticos e culturais do capital* (HARVEY, 2005, p.75).

Em tempos de neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização, elucida o limite da capacidade de produção do sistema, num momento em que se apresenta como um sistema completo e maduro que traz o retorno à contradição inicial do “*caráter social da produção e apropriação privada dos resultados*”, num cenário de difícil proposta de consenso à medida que mesmo com tal esgotamento os empresários não estão dispostos a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário (COSTA 2008, p.21).

E como conseguiram êxito na fragmentação da classe trabalhadora por meio da plataforma da produção terceirizada, num processo que as fases da produção podem ocorrer em diversos locais do mundo e no esfacelamento do pensamento classista, não há a disposição de consenso como foi vista, outrorano *WelfareState*, por exemplo.

Assim, problemas distintos da primeira e segunda revolução industrial nos são apresentados, com o capitalista julgando ser possível implantar soluções descoladas da historicidade, tais como uma cidadania empresarial, capaz de desconsiderar a importância do trabalhador bem como a ação do Estado nesse processo, como se acima de tudo fosse proposta a lógica de mercado como solução dessa crise.

Casanova (2000) nos apresenta:

---

estáveis e com larga base de sustentação política e social, pois os ônus das reformas seriam pesados para o grosso das populações dos países latino-americanos” (CORSI, 1999, p.16).

Não raro o discurso da globalidade obedece a fatos objetivos e universais; expressa uma crescente interdependência das economias nacionais e a emergência de um sistema transnacional bancário-produtivo-comunicativo, que é dominante, e cuja ascensão coincide com um enfraquecimento real da soberania dos estados-nações e das correntes nacionalista, antiimperialistas, marxista-leninistas... (CASANOVA, 2000, p. 47)

O Estado neoliberal articula-se harmoniosamente com as instituições multilaterais (FMI, BANCO MUNDIAL, UNESCO, CEPAL, etc.) que disseminam pelos quatro cantos da terra a ideologia do neoliberalismo, seus conceitos e pressupostos. Conceitos novos e também revigorados como os de empreendedorismo, competência, empregabilidade, eficiência, eficácia, competitividade e produtividade, governança e governabilidade fazem parte da linguagem ideológica cotidiana das políticas “públicas” do Estado Neoliberal, que afirma ser capaz de eliminar a pobreza.

Harvey explica ainda que:

O neoliberalismo, uma vez alçado à condição de poder, trata de criar formas institucionais que visam garantir as liberdades individuais, através de um arcabouço legal que “[...] são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado”. [...] Além do aparato jurídico, desenvolve-se uma panaceia em torno da questão contratual e da inviolabilidade dos contratos, de tal forma que “[...] a santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos” (HARVEY, 2005, p. 75).

Nesse sentido, conhecendo-se o importante papel das políticas públicas como resposta à questão social que é consequência das contradições do capitalismo, essa retirada gradual do Estado reflete-se objetivamente na redução do financiamento da Política Social com o corte contínuo dos gastos sociais, o que se apresenta como um verdadeiro retrocesso à efetivação e universalização dos direitos sociais.

Contrariamente à resposta positiva apresentada pelo *WelfareState* à efetivação das políticas sociais, o que pode ser visto em tempos de predomínio da hegemonia neoliberal é a negação de atendimento às mesmas de forma universal.

Ao liberar a economia desregulamentando e cedendo as *riquezas naturais* a outrem, retirando a sua mão das ações econômicas por meio das privatizações do patrimônio público, desestruturação das carreiras dos servidores públicos, terceirizações, desemprego aberto, num processo de *integração e globalização*, o Estado passou a

utilizar uma “*política de cortes do gasto público para equilibrar o orçamento e para dedicar ao serviço da dívida o que antes destinava à saúde, educação e desenvolvimento*” (CASANOVA, 2000, p.55).

Sendo assim, as políticas sociais não têm buscado minimizar a polarização entre a parcela ínfima da população que se apropria da riqueza produzida e a maioria em situação de extrema pobreza. Volta-se à prevalência das políticas focalizadas, contributivas e à redução constante do orçamento social com medidas até mesmo repressivas, como no caso da expansão de um ‘Estado Penal’ e criminalizador do trabalhador, ao invés de protetor.

É um retrocesso quanto à Política Social que permite lembrar as protoformas<sup>5</sup> desta, a qual tinham um caráter muito mais punitivo do que protetor por meio de intervenções do Estado na tentativa de controle da ‘vagabundagem’, fazendo uma distinção entre pobres que mereciam ser assistidos e os que não mereciam, sendo esses últimos levados a aceitarem um regime de trabalho forçado em troca de sua subsistência.

E tudo isso sem escapar das crueldades na busca da manutenção da nova ordem que se estabelecia. Tal crueldade nos é bem apresentada por MARX (1984, p.275 *apud* POTYARA, 2009, p.63) quando nos mostram que aqueles apanhados em vadiagem eram açoitados, torturados, devolvidos à sua terra natal, forçados a trabalhar e, em último caso, eram executados quando houvesse três reincidências. Hodiernamente são marcados em moderníssimos cadastros arquivados tecnologicamente e selados com suas próprias digitais, identificando-os como pobres merecedores de assistência ou de serem criminalizados.

Boron (1999) declara que:

A avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiríveis no mercado. A saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes

---

<sup>5</sup>Potyara (2009), Bhering&Boschetti (2008), dentre outros autores, nos fazem estar atentos ao que pôde ser evidenciado como as protoformas da Política Social, particularmente na Inglaterra, num período que antecedeu a Revolução Industrial, iniciando com a Lei dos Pobres no século XIV; Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (1563); Lei dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601); Lei de Domicílio (1662); SpeenhamlandAct (1795); Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (1834)<sup>5</sup>.

inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias intercambiadas entre “fornecedores” e compradores à margem de toda estipulação política (BORON, 1999, p.9).

As consequências e o agravamento da desigualdade social na América Latina e no Brasil, resultados dessa política econômica adotada pelos governos que deixa livre o capital e que aprisiona ainda mais o trabalhador, aumentando sua alienação; tirando direitos conquistados depois de muitas lutas, também são sentidas na Política Social onde o Estado passa a agir novamente na base do assistencialismo.

Evidentemente não é possível esgotar aqui as evidências das situações devastadoras do ajuste neoliberal na América Latina e no Brasil, entretanto, esses já ratificam que as consequências desse modelo são: mais concentração de renda nas mãos de poucos, o aumento da pobreza para muitos, a atuação do Estado fortemente pró-capital e o mínimo para o trabalhador.

## **II. EMERGÊNCIA DA CIDADANIA EMPRESARIAL**

Uma das principais estratégias do neoliberalismo a partir da reestruturação produtiva foi difundir um discurso que por um lado criticava a ineficiência Estado e do poder público estatal, e por outro lado defendia uma flexibilidade, polivalência e eficácia, dentro de uma lógica mercantilista, possível somente se o Estado repassasse o controle de algumas áreas estratégicas ao setor privado.

Neste cenário era apresentado um cidadão-cliente, que foi induzido, seduzido, ludibriado a crer que é muito melhor a ‘qualidade total’, esta altamente questionável, pois não possui caráter universal, considerando quantas pessoas venham ser atendidas por determinado serviço público, os quais nessa nova concepção de Estado serão oferecidos por instituições privadas das mais variadas: Oscips, Ongs, Fundações, Associações, dentre outras.



Esta nova ideologia dominante no mundo escolheu o toyotismo como seu modelo de produção estabelecendo na utilização do *just-in-time*<sup>6</sup>, do *kanban*<sup>7</sup>, dos círculos de controle de qualidade – CCQs<sup>8</sup> e das células de produção<sup>9</sup> ou trabalho em equipe. É neste momento também que ganha força o discurso da Responsabilidade Social Empresarial – RSE e por conseguinte a Cidadania Empresarial.

No entendimento desta pesquisa, a RSE trata basicamente da gestão dos recursos naturais e das pessoas, particularmente gerenciando a pobreza a fim de que se mantenha o MPC o maior tempo possível. Na afirmação de preocupação com o desenvolvimento sustentável, que é a preservação dos recursos naturais para a geração futura, vê-se na verdade inserida a manutenção da ordem posta para que nas gerações futuras o capitalista continue sendo o dono desses recursos, bem como da força de trabalho que transforma os mesmos em mercadoria.

A RSE consegue agregar valor à empresa porque a aceitação desse discurso de empresa benevolente, preocupada com o meio ambiente, com o bem estar do trabalhador e com os problemas sociais da comunidade acrescenta às empresas ganhos consideráveis tais como: “*valor agregado à imagem da empresa; consciência coletiva interna da participação em causas sociais; formação de novos líderes e maximização dos recursos disponíveis na empresa.*” (MARTINELLI, 1997).

As vantagens competitivas encontradas pelas organizações privadas ao desenvolverem práticas sociais abrangem o “*aumento na produtividade e competitividade, melhoria na imagem institucional junto à comunidade e no relacionamento cliente-empresa*”. (TEODÓSIO 2001).

---

<sup>6</sup>Just-in-time consiste no “melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque). (ANTUNES, 2007, p. 34).

<sup>7</sup>Kanban em sua origem era um simples pedaço de papel que fornecia as informações básicas para o operário – o que produzir, que peça utilizar, para onde encaminhar. Esse sistema cria um fluxo de informações que vai na direção do operário [...] e um segundo que vai na direção da supervisão e do controle do trabalho [...] e permite que o trabalho seja conduzido no ritmo, na velocidade e no padrão desejado (ROSSO, 2008, p. 67-68).

<sup>8</sup>CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas de produção (ANTUNES, 2010, p. 71).

<sup>9</sup>Células de Produção podem ser definidas como um tipo de arranjo físico da produção, em que o maquinário, disposto em linhas ou em forma de U, possibilita a rotação de tarefas (ANTUNES, 2010, p.71).

Apoiando-nos em Gomes (2005) é possível saber que uma experiência pioneira a respeito da RSE data do século XVIII, na qual o industrial e *sociólogo inglês Robert Owen* propunha uma relação mais solidária entre capital e trabalho. Esta não encontrou acolhida entre os empresários da época e trouxe perseguição ao seu proponente por apresentar ideias comunistas.

Gomes (2005) nos mostra ainda que a RSE contém em sua composição traços que vão muito além do discurso ou da retórica, mas são preenchidos por elementos ideológicos de dominação, exaltando um valor moral na preservação do ambiente e ações pontuais assistencialistas.

Não coincidentemente, esse assunto ganha destaque no Neoliberalismo por trazer em seu bojo o discurso de ineficiência do Estado para justificar a sua diminuição; além da garantia de “cidadania” pelas empresas que são a personificação do capital e responsabilização do indivíduo pelas adversidades a que possa ser submetido.

Na RSE as empresas aparecem até mesmo como agente de cidadania, entretanto, a cidadania apresentada na RSE não passa de uma forma de filantropia renovada e da abertura e manutenção de mercados. Assim a cidadania empresarial constitui-se num elemento da democracia de mercados<sup>10</sup> vivenciada no neoliberalismo.

No entanto, a concepção de cidadania apresentada por Couto (2008) e Carvalho (2008) é relativa à garantia por meio da Política Social da universalização dos direitos civis, políticos e sociais como condição de cidadania plena.

Coutinho (2008) nos traz que:

“a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. (COUTINHO, 2008, p. 50)

Evidencia-se que a concepção de cidadania empresarial preconizada na RSE e as concepções apresentadas pelos autores são diversas. Mesmo entendendo o caráter contraditório e reformista da cidadania, possível num cenário de reforma burguesa que

---

<sup>10</sup>Sobre a democracia de mercados temos: O “novo mundo” que se descortina perante nós “apresenta imensas oportunidades” para avançar no sentido de “consolidar a vitória da democracia dos mercados abertos” (CHOMSKY, 2007, p. 7).

não pressupõe luta de classes ou ruptura com o capitalismo, considera-se que não é possível entender cidadania como uma benesse concedida pelas empresas, mas uma conquista dos trabalhadores pela realidade objetiva do capital, ainda que limitada, e que passa pela necessidade de efetivação por meio do ordenamento jurídico presente no Estado, além das condições socioeconômicas.

A cidadania empresarial não está preocupada que o indivíduo, ou todos como nos trouxe Coutinho (2008), se aproprie dos bens socialmente criados e tenha uma realização humana. A cidadania empresarial é um mecanismo que serve ao mercado e por isso volta-se à manutenção da ordem posta pelo sistema, aumentando a cada dia o trabalho não pago por meio de expedientes como o autoatendimento, empreendedorismo, trabalho voluntário e outras formas que visam maquiagem a exploração, negação e retirada de direitos.

Para Martinelli (1997): [...] a empresa-cidadã opera sob uma concepção estratégica e um compromisso ético, resultando na satisfação das expectativas e respeito aos direitos dos parceiros. Com esse procedimento, acaba por criar uma cadeia de eficácia, e o lucro nada mais é do que o prêmio da eficácia (MARTINELLI, 1997. p. 82).

Tenório Considera que:

A expressão cidadania empresarial é muito utilizada para demonstrar o envolvimento da empresa em programas sociais de participação comunitária por meio do incentivo ao trabalho voluntário [...] de parcerias com associações ou fundações e do investimento em projetos sociais nas áreas de saúde, educação e meio ambiente (TENÓRIO 2004, p.29-30).

As campanhas publicitárias de produtos do bem repassam ao consumidor sentimentos de pertencer à cidadania empresarial, à prática de socorrer os necessitados e a credibilidade por parte deste de que a empresa está sendo cidadã, ainda que seja ele mesmo o financiador do projeto social da empresa, visto claramente em campanhas como o troco solidário, entre outros exemplos. Essas campanhas publicitárias se tornam “*um diferencial competitivo “espetacular” que potencializa as vendas e fortalece a imagem da empresa, mas que não ameniza as sequelas da “questão social”, pelo contrário, dificulta-lhe o entendimento e a possibilidade de superação.*” (EZEQUIEL, 2005, p. 40).

Gonçalves (2005) incita à reflexão sobre o enxugamento da ação do Estado e as armadilhas no ambiente de trabalho, falseadas pela ideia de trabalho voluntário que

prolonga a jornada de trabalho, enfraquece os sindicatos e constituem uma igualdade irreal entre os países para o cumprimento do ideário de Cidadania Empresarial. Dentre as falácias incorporadas ao discurso está a ideia de flexibilização de horários, da mudança de alguns vocábulos para chamar o empregado de “colaborador”, “parceiros de gestão” e membro da “família empresarial”, como se isso amenizasse o peso da exploração do trabalho.

### **III. DESAFIOS NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA**

Muitos dos fenômenos hoje observados no sistema capitalista têm sua origem na decisão do grande capital em extrair o valor fora de suas fronteiras nacionais. (COSTA, 2008, p.109). A planta de produção hoje é totalmente fragmentada, onde cada peça pode ser produzida em um país diferente e no final montadas em um determinado lugar e acrescentado à marca no produto, que depois realiza a mais valia na distribuição também extrafronteira.

É um momento em que pode-se evidenciar mais ainda que o objeto do seu trabalho é totalmente estranho para o trabalhador, isso sem contar que o mesmo dificilmente terá oportunidade de usufruir do objeto produzido. Em tempos de reestruturação produtiva vê-se ainda mais a lógica capitalista da apropriação do resultado do trabalho, por outro que não seja o trabalhador que, ao contrário, é privado disso. Nesse sentido, bem nos expressa Antunes (2004):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, [...], então isto só é possível por [...] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição de um outro e alegria de viver de um outro. A economia nacional parte do trabalho como propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho, e tudo à propriedade privada (ANTUNES 2004, p.188 e p.191).

Isto denota a busca de novas formas da extração de mais valia, particularmente a mais valia relativa, por meio da intensificação<sup>11</sup> do trabalho presente na reestruturação

---

<sup>11</sup> Intensificar é exigir mais trabalhos e resultados superiores no mesmo espaço de tempo. Significa, portanto, aumentar a exploração do trabalho (ROSSO, 2008, p.45).

produtiva em tempos de desnacionalização, enfraquecimento do Estado e produção num sistema globalizado de plantas espalhadas por diversos lugares do planeta.

A intensificação do trabalho nesse momento se dá por meio de toda a revolução tecnológica e também pelo uso de inovações gerenciais que reorganizam o trabalho, particularmente extinguindo postos de trabalho nas situações em que o mesmo trabalhador passa a desempenhar diversas funções.

Isso sem contar aqueles que além da diversificação de funções dentro da própria empresa, ainda executam extratrabalho que outrora eram realizados por outros ramos de atividade, como o caso por exemplo da caixa do supermercado que se torna empacotadora, atendente de ‘feirinha’ e correspondente bancário, recebendo faturas, realizando pequenos saques entre outras atividades. (ROSSO, 2008).

Do ponto de vista da relação capital-trabalho, a reestruturação produtiva desestabilizou temporariamente a organização operária no interior das fábricas, não só em função da terceirização, mas especialmente em consequência de uma série de inovações organizacionais mediante nova gestão da mão-de-obra, tais como os círculos de controle de qualidade, células de produção, metas de produção, banco de horas, entre outros.

Ao precarizar e intensificar o trabalho a nova gestão dificulta ou manipula a atividade sindical e tornar o salário flexível mediante metas de produção e participação nos lucros, provocando um duro golpe na organização dos trabalhadores, muito embora este fenômeno tenha se verificado em todos os períodos de grandes mudanças tecnológicas (COSTA, 2008, p.113).

Ademais dessas situações, as particularidades desse novo modelo dizem respeito à polivalência dos trabalhadores que deverão operar diversas máquinas ao mesmo tempo, as quais apresentam diversas funções. Há também o incremento da mecanização e informatização, além da vigilância constante por meio dos sistemas de monitoramento por câmeras que permitem vigiar o trabalhador com o objetivo de eliminar o tempo de trabalho morto.

A finança, sobretudo com a liberalização, hipertrofia e especulação das últimas décadas, acarreta uma sobrecarga de incerteza e instabilidade no sistema. A

financeirização expressa a exacerbação do papel e do lugar do capital fictício na atualidade. A lógica do capital portador de juros – manifestando-se através de imensas massas e novas formas de capital fictício – condiciona e determina a dinâmica do capitalismo contemporâneo. É dialética, contraditória, a unidade entre a acumulação de capital na produção e a acumulação de capital na esfera financeira. Como não é possível a expansão contínua da economia, tornam-se inviáveis as expansões de mais-valia em montantes ininterruptos e crescentes para a remuneração do capital fictício. A especulação e o parasitismo têm acirrado a polarização entre a miséria e a riqueza.

Diante desse quadro, as consequências sociais são: o desemprego crônico à medida que este não é mais circunstancial, conforme as crises do capitalismo, mas longo e estrutural; a precariedade nas relações do trabalho; o achatamento dos salários a níveis tão pequenos a ponto de não serem suficientes à reprodução do trabalhador; isso sem falar no aumento do *número de sobrantes, ou dos inúteis para o capital* (Castel, 1998) os quais sofrerão as consequências sociais mais diversas que vão da violência à fome, da falta de saúde, de habitação, de proteção social até a pobreza extrema.

A desproteção por parte do Estado à figura do trabalhador aliado à tecnologia da informatização e aos novos modelos de gerenciamento, concebidos com a reestruturação produtiva, além da vigilância na execução das tarefas por meio de sistemas de informática e o extremo de exploração sob o argumento da multifuncionalidade em prol do aumento da produção, também devem ser levados em conta na contabilização da perda dos postos de trabalho formal, bem como da busca de novas formas de sobrevivência por parte do trabalhador excluído diariamente da rentabilidade do processo de acumulação.

O fato é que os remédios prescritos pelos neoliberais deixaram o mundo ainda mais doente. A livre regulação do mercado não foi capaz de promover igualdade e agravou as condições de violência e pobreza em todo o mundo. O fosso entre ricos e pobres aumentou e a iniciativa privada não se mostrou mais eficiente que o poder público.

Depois da grande mentira neoliberal o que ficou evidente foi a incapacidade da cidadania empresarial em responder à questão social crescente. Os trabalhadores enfrentam a perda de direitos, as demissões e a cada nova ofensiva o capital a certeza que

fica é que só a organização classista de trabalhadores pode conter a voracidade com que a crise avança em todo o mundo.

#### IV. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.) **A dialética do trabalho Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. IN: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORON. Atílio A. Os “novos Leviatãs” e pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. IN: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARCANHOLO. Reinaldo A. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro: 7 Letras, ano 6, 2001.

CARVALHO. José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASANOVA. Pablo González. Globalidade, neoliberalismo e democracia. IN: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORSI, Francisco Luiz. O plano real: um balanço crítico (1994-1998). IN: DELROIO, Marcos (org). Globalização e dimensões da crise brasileira. **Cadernos da F.F.C.-UNESP-Marília-Publicações**, 1999, p. 13-28.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO. Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed.; São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO. Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS. Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A.Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

GENTILI. Pablo (org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2. ed.; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GOMES. Adriano. A (IR) responsabilidade social das empresas e seus desmembramentos, pesquisa realizada junto às empresas do setor financeiro, associadas ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social no período de 2001 a 2002.

Tese (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, GONÇALVES. Aguinaldo, GUSTAVO. Luiz Gutierrez, VILARTA. Roberto (Org.). **Gestão da Qualidade de Vida na Empresa**. Campinas-SP: IPES Editorial, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa- Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.) **3º Setor**: Desenvolvimento social sustentado. 2ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma Introdução Crítica. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas e Questões**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: STENGEL, M. *et al.* (orgs.) **Políticas públicas de apoio sociofamiliar** – curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001.